



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 081/2024.

I – MATERIA

PL Nº. 081/2024 “Dispõe sobre a função gratificada “FG” no âmbito das Secretarias Municipais e estabelece os respectivos valores de remuneração e dá

II - VOTO DO RELATOR

Conforme o parecer jurídico nº 541/2024 do Poder executivo apresentado, opino por pela tramitação do projeto.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela inconstitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei **Nº 081/2024**.

III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

Acompanhando o voto do EXMO Relator Deroci de Matos, os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a Comissão Legislação e Justiça, após análise do Projeto de Lei **Nº 081/2024**.

Conclui pela sua inconstitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Sala das Comissões em 17 de maio de 2024.

Ausente

Cleiton Rodrigues da Silva

Presidente

Deroci de Matos

Relator

Josevaine Silva de Souza

Membro



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 133/2024.

I – MATERIA

PL Nº 133/2024 - “Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar instrumento e alienar áreas públicas para construção de unidades habitacionais vinculadas aos Programas de Habitação Federal minha casa minha vida e estadual ser família habitação”.

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual opina pela inviabilidade técnica ao **PL Nº 133/2024**. Mas essa comissão decide pela juridicidade, e entende que não há nenhum óbice na aprovação do projeto.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei **Nº 133/2024**.

III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

Acompanhando o voto do EXMO Relator Deroci de Matos e os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Sendo assim, a Comissão Legislação e Justiça, após análise do Projeto de Lei Nº **133/2024**.

Conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 17 de junho de 2024.

Ausente

Cleiton Rodrigues da Silva
Presidente



Deroci de Matos

Relator



Josevaine Silva de Souza

Membro



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 134/24, 135/24 e 136/2024.

I – MATERIA

PL Nº 134/2024 - Autoriza o Poder Executivo Municipal inclui nos anexos do plano plurianual – PPA 2022-2025, lei nº 2259/2021, o programa que menciona e dá outras providencias projeto/atividade: 1327 – Reforma da Praça Jose Maria de Lima/MP/MT. Total.....R\$724.948,63."

PL Nº 135/2024 - Inclui na lei nº 2625/2023 e nos seus respectivos anexos - LDO para 2023, o programa que menciona e dá outras providencias projeto/atividade: 1327 – Reforma da Praça Jose Maria de Lima/MP/MT. Total.....R\$ 724.948,63."

PL Nº 136/2024 - Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir créditos adicional especial na LOA 2024 por superavit financeiro e dá outras providências projeto/atividade: 1327 – Reforma da Praça Jose Maria de Lima/MP/MT. Total.....R\$724.948,63."

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao: **PL Nº 134/24, 135/24 e 136/2024.**

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei **Nº 134/24, 135/24 e 136/2024.**



III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

Acompanhando o voto do EXMO Relator **Deroci de Matos** e os demais membros desta Comissão, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a Comissão Legislação e Justiça, após análise dos Projetos de Lei Nº **134/24, 135/24 e 136/2024**.

Conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 17 de junho de 2024.

Ausente

Cleiton Rodrigues da Silva

Presidente



Deroci de Matos

Relator



Josevaine Silva de Souza

Membro